



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar
Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 483/2026/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 26 de agosto de 2026.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.**

Nome da autoridade competente: **César Fernando Schiavon Aldrighi**

Número do CPF: **425.***.***-63**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **GAB – Gabinete da Presidência - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria Casa Civil nº 2.088, de 22 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 seguinte**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora — UG que descentralizará o crédito: **373001/37201 — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/DAF-1.**

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **373001 - Diretoria de Desenvolvimento Sustentável - DD**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN**

Nome da autoridade competente: **José Arnóbio de Araújo Filho**

Número do CPF: **761.***.***-72**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG: 158155 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Reitoria**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 24 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2021, Edição 160,**

Seção 2

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora — UG que descentralizará o crédito: **158155/ 26435 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Reitoria.**

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **158367 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN /Campus Ipanguaçu.**

3. OBJETO:

Realizar diagnóstico da produção dos projetos de assentamento, a partir da perspectiva dos beneficiários e de suas organizações, com vista a apoiar a formulação de propostas para incrementar a comercialização dos produtos dos projetos de assentamentos.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

META I: Estruturação da equipe do projeto — Garantir a formação e organização da equipe necessária para a execução das atividades previstas no projeto, incluindo a seleção, capacitação e alocação de profissionais, de forma a assegurar a eficiência na implementação e o alcance dos objetivos estabelecidos.

A equipe do projeto será composta por três integrantes, além do coordenador, sendo 01 apoio administrativo e 03 estudantes bolsistas que atuarão na coordenação geral das atividades do projeto, de modo a assegurar o alcance dos resultados propostos.

Principais Atividades:

- Seleção dos bolsistas que comporão a equipe
- Celebração de termo de bolsas
- Elaboração e aprovação de plano de trabalho individual

META II: Realização de 01 Workshop de partida do projeto para definição dos parâmetros que nortearão os diagnósticos estaduais — Promover um workshop inicial para alinhamento entre os envolvidos, apresentação dos objetivos, cronograma, atividades e estratégias do projeto, garantindo uma execução integrada e eficaz.

Trata-se de um evento que marcará a partida do projeto, e contará com a presença lideranças dos estados (público-alvo), assim como nacionais, que definirão as diretrizes e os eixos temáticos que subsidiarão os seminários estaduais/regionais.

Principais Atividades:

- Definição dos participantes por estado e DF
- Definição da programação
- Convite aos participantes
- Realização do evento
- Elaboração do documento parâmetros que nortearão os diagnósticos regionais

META III: Realização de 09 seminários de abrangência estadual sobre as estratégias e propostas de comercialização identificadas nos projetos de assentamento da Reforma Agrária — Conduzir seminários nos estados do CE, PE, RN, PI, GO, PA, MT, PB e DF que abordem, sob a ótica dos beneficiários, as estratégias de comercialização implementadas em cada estado, identificando os desafios e potencialidades.

Nesses seminários, que deverão contar com a presença de assentados(as), dirigentes de associações e cooperativas, lideranças sindicais, serão realizados diagnósticos participativos dos processos de produção e comercialização nos assentamentos, com identificação das principais dificuldades enfrentadas, bem como mapeamento das principais limitações e lacunas existentes, seja no processo de produção, seja na comercialização.

De igual modo, poderão ser propostas estratégias de comercialização a serem desenvolvidas nos estados, bem como contribuições para facilitar e ampliar o acesso das famílias assentadas a políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Principais Atividades:

- Planejamento dos seminários.
- Mobilização dos participantes
- Convite aos participantes
- Realização do evento
- Elaboração de documento contendo as contribuições sobre as estratégias de comercialização existentes ou a serem desenvolvidos nos estados.

META IV: Realização de 01 seminário de abrangência nacional para debater diretrizes e propostas para comercialização dos projetos de assentamento — Promover um seminário de abrangência nacional com o principal propósito de aprofundar as proposições surgidas nos seminários estaduais com vistas a fortalecer as estratégias existentes ou formular novas com vistas a superar as dificuldades identificadas na produção e comercialização, bem como gerando subsídios para a elaboração e publicação de materiais propositivos à melhoria dessas ações estratégicas.

O público-alvo será composto essencialmente pela mesma representação que esteve presente no workshop de partida, ou seja, lideranças das áreas de assentamentos de reforma agrária, sindicalistas, jovens, representação de mulheres dessas áreas, dentre outros.

Principais Atividades:

- Planejamento do seminário.
- Mobilização dos participantes
- Convite aos participantes
- Realização do evento
- Elaboração do documento contendo balanços e proposições ao aperfeiçoamento das políticas de reforma agrária.

META V: Elaboração, edição e impressão de 10 cartilhas produzidas a partir dos relatórios com os resultados sistematizados dos seminários estaduais, consolidando as principais contribuições, análises e propostas discutidas nos referidos eventos. — Destas, 09 em formato impresso, com uma síntese dos diagnósticos estaduais produzidos nos seminários estaduais nos estados abrangidos pelo projeto; e 01 documento (formato digital), com uma síntese das proposições comuns aos estados pesquisados e proposições que objetivam o aprimoramento das políticas de reforma agrária. Importante destacar que tais documentos têm como fundamento a perspectiva de seus beneficiários e de suas organizações, notadamente no tocante às ações de comercialização.

Principais Atividades:

- Produção textual
- Contratação de serviço de arte gráfica/visual
- Correção do material
- Editoração
- Impressão dos documentos com os resultados do projeto

META VI: Realização de 09 oficinas estaduais de validação dos documentos elaborados na meta anterior a serem realizados nos nove estados de abrangência do projeto – Participarão dessas oficinas, lideranças dos assentamentos da reforma agrária, dirigentes sindicais, representantes das Superintendências Regionais do INCRA, das Superintendências Estaduais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA e demais instituições parceiras envolvidas na execução do projeto.

O principal propósito dessas oficinas é possibilitar debates entre as lideranças dos trabalhadores rurais e os órgãos responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento agrário, de modo enriquecer e a referendar as proposições e estratégias identificadas nos seminários estaduais, de modo a incrementar os programas estaduais de reforma agrária.

Principais Atividades:

- Elaboração da programação e metodologia a ser empregada nas oficinas
- Definição e convite aos participantes
- Realização das oficinas
- Entrega simbólica do documento referendado

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A antinomia reforma agrária versus modernização da agricultura defendida tem sido adotada, há décadas, pelos adversários da reforma agrária para justificar que o país não necessitaria modificar sua estrutura fundiária, que a modernização já teria resolvido os problemas da agricultura brasileira. Em conformidade com essa lógica, adotou-se no Brasil, entre as décadas de 70 a 90, um modelo agrícola de expansão da produção assentado na combinação de uma estrutura agrária concentrada, políticas agrícolas e padrão tecnológico excludentes, o que gerou o empobrecimento de milhares de famílias de pequenos e médios agricultores, empurrou milhares de pessoas para as periferias pobres das grandes cidades e trouxe graves problemas ambientais, sobretudo pelo uso intensivo de agrotóxicos. Algumas décadas depois, esse modelo que se reivindicava como porta-voz da modernidade acabou mergulhando o mundo em uma crise gravíssima.

A lógica desse modelo ainda produziu um mito: o de que só é possível obter uma agricultura produtiva, competitiva e dinâmica se baseada em um modelo de grandes propriedades, altamente mecanizadas. Grande equívoco! As estatísticas oficiais revelam que a agricultura familiar — na qual se encontram inseridos os assentados da reforma agrária — gera mais renda por hectare em todas as regiões do país e em quase a totalidade das culturas, além de gerar muito mais postos de trabalho (os dados dos mais recentes Censo agropecuários confirmam isso). Ocupando cerca de 23% da área cultivada no país, a agricultura familiar é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária do país e por 67% das ocupações no campo (IBGE, 2017). Ademais, alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial estão assentados majoritariamente sobre a produção primária da agricultura familiar, como é o caso de aves, fumo e leite.

Especificamente no tocante aos assentamentos de reforma agrária, pesquisas revelam que além do acesso à terra aos historicamente excluídos, a reforma agrária diversifica a produção; incrementa significativamente a produção regional, sendo responsável por uma reconversão produtiva em regiões que vivenciaram fortes crises da agricultura patronal. Para além desse importante papel, a reforma agrária contribui ainda para o aumento da produtividade; modifica o padrão tecnológico; dinamiza a economia municipal e regional e contribui para a ampliação ou estancamento do decréscimo da população rural.

Contudo, parte significativa dos assentamentos carecem de acesso a serviços essenciais como água potável, energia elétrica, saneamento básico, estradas, transporte, equipamentos para o lazer, comunicação, dentre outros. A ausência dessas condições dificulta a qualidade de vida e o a geração de renda nessas áreas, além de gerar custos adicionais para as famílias.

Especificamente no tocante aos processos produtivos e acesso a mercados, as dificuldades não são menores. Os assentados enfrentam obstáculos para acessar créditos agrícolas e assistência técnica multidisciplinar. O processo burocrático, os altos custos de financiamento e a falta de suporte técnico adequado muitas vezes tornam difícil o planejamento e a implementação de iniciativas produtivas de natureza agrícola e não-agrícola.

A proposta aqui delineada estrutura-se a partir da realização de diagnósticos da produção nos projetos de assentamentos em alguns estados da federação, a partir da perspectiva dos beneficiários e de suas organizações, o que cremos ser essencial para entender as necessidades, os desafios e as oportunidades de melhoria nas atividades produtivas. Tais diagnósticos devem levar em consideração a realidade local, o perfil dos assentados, a organização das comunidades e as especificidades de cada projeto/região, visando uma visão holística dos processos produtivos.

Acredita-se que esses diagnósticos participativos poderão possibilitar:

- a) A Identificação de limitações e lacunas na Produção e Comercialização: A análise da produção agrícola atual, por meio da vivência dos beneficiários, possibilitará identificar as principais limitações e lacunas existentes, seja no processo de produção, seja na comercialização dos produtos. A perspectiva dos beneficiários é crucial para compreender dificuldades específicas que podem não ser visíveis a partir de uma análise externa, como problemas no acesso a insumos, assistência técnica e extensão rural, na gestão da produção ou na falta de canais adequados de comercialização.
- b) Fortalecimento das Organizações Locais: As organizações dos assentados, sejam associações, cooperativas ou grupos informais, desempenham um papel fundamental na articulação da comercialização dos produtos. No entanto, essas organizações permitirão também a identificação de práticas sustentáveis, de inovações tecnológicas e de processos que agreguem valor aos produtos, promovendo a diversificação da produção e a ampliação de mercados, tanto locais quanto regionais.
- c) Subsídio para Formulação de Políticas Públicas: esses estudos fornecerão informações essenciais para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas para a melhoria da comercialização de produtos agrícolas nos assentamentos. Além disso, podem contribuir para a adaptação de políticas já existentes, promovendo ajustes que possam atender melhor às demandas dos assentados.
- d) Sustentabilidade e Inovação no Desenvolvimento Rural: A melhoria da comercialização dos produtos de assentamento não se limita a incrementar as vendas. Um diagnóstico que envolva os assentados e suas organizações permitirá também a identificação de práticas sustentáveis, de inovações tecnológicas e de processos que agreguem valor aos produtos, promovendo a diversificação da produção e a ampliação de mercados, tanto locais quanto regionais.
- e) Promoção da Inclusão Social e Econômica: esses levantamentos podem possibilitar compreender as dinâmicas sociais e econômicas dentro dos assentamentos e, a partir disso, implementar ações de inclusão que possibilitem a maior participação dos assentados nas atividades produtivas e no processo de comercialização. O foco será garantir que os benefícios do aumento da comercialização dos produtos alcancem, de forma justa e equitativa, todos os membros do assentamento.

Para alcançar esses propósitos, será empregada uma metodologia participativa, com a adoção de instrumentos de coleta de informações que envolva diretamente os beneficiários e suas organizações. Além disso, será fundamental envolver profissionais especializados na temática como forma de garantir que a análise seja tecnicamente robusta e aborde todos os aspectos relevantes da produção e comercialização.

Ao final do projeto, espera-se obter uma base sólida de dados e informações que sustentem a formulação de propostas práticas e viáveis para aumentar a comercialização dos produtos dos projetos de assentamento para além dos estados abrangidos pelo projeto, conferindo abrangência nacional. Essas propostas poderão envolver ações de capacitação, melhorias de infraestrutura, fortalecimento das organizações locais e estratégias de acesso a novos mercados, contribuindo para a geração de renda, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos assentados nos projetos de reforma agrária.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS:

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado: Despesas administrativas da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), que corresponde a 10% do valor global pactuado.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Total	Início	Fim
1	Estruturação da equipe do projeto	equipe	1	209.200,00	209.200,00	Dez/24	Dez/27
Produto	Relatórios consolidados sobre a execução do projeto.						
2	Realização de Workshop de partida do projeto para definição dos parâmetros que nortearão os diagnósticos regionais	evento	1	290.036,49	290.036,49	Dez/24	Fev/25
Produto	Relatórios das mesas de debates sobre o atual estágio da reforma agrária nos estados abrangidos pelo projeto; Documento com orientação e subsídios para os seminários estaduais e para o levantamento de informação sobre a produção e comercialização.						
3	Realização seminários de abrangência estadual sobre as estratégias e propostas de comercialização identificadas nos projetos de assentamento da Reforma Agrária.	evento	9	119.134,00	1.072.206,00	Fev/25	Dez/27
Produto	Relatórios das mesas de debates do seminário em cada estado; Diagnóstico situacional da produção e comercialização nos estados, com ênfase nos desafios e potencialidades da produção e comercialização, sistematizando estratégias de comercialização implementadas nos estados com base em informações amostrais coletadas; Plano preliminar de ação para a melhoria das estratégias de comercialização identificadas.						
4	Realização de seminário de abrangência nacional para debater diretrizes e propostas para comercialização dos projetos de assentamento de reforma agrária.	evento	1	314.336,51	314.336,51	Fev/25	Mai/26
Produto	Relatórios das mesas de debates; Relatórios das discussões sobre as estratégias de comercialização identificadas e/ou novas estratégias propostas para os assentamentos de reforma agrária abrangidos pelo projeto, com base em informações amostrais colhidas junto aos participantes; Subsídios para elaboração dos documentos a serem divulgados com os resultados do projeto.						
5	Confecção e divulgação de cartilhas com os resultados do projeto	unidade	10	14.767,50	147.675,00	Ago/26	Dez/27
Produto	Elaboração, edição e impressão de 09 cartilhas, em formato impresso, com uma síntese dos diagnósticos estaduais contendo as estratégias existentes ou de novas estratégias de comercialização nos estados abrangidos pelo projeto; 01 documento de abrangência nacional, em formato digital, com uma síntese das proposições comuns aos estados pesquisados.						
6	Realização de oficinas de validação dos diagnósticos sobre as estratégias de comercialização desenvolvidas nos estados	evento	9	13.390,00	120.510,00	Ago/26	Dez/27
Produto	Relatório final do projeto validado pelos representantes dos assentamentos abrangidos pelo projeto						
TOTAL METAS					2.153.964,00		
FUNCERN - 10%					239.329,33		
TOTAL GERAL					2.393.293,33		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês/Ano	Valor
Dezembro/2024	R\$ 450.182,00
Junho/2025	R\$ 116.634,00
Outubro/2025	R\$ 598.050,00
Dezembro/2025	R\$ 150.000,00
Maio/2026	R\$ 378.427,33
Setembro/2026	R\$ 350.000,00
Outubro/2026	R\$ 350.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
33.90.39	Sim	R\$ 239.329,33
33.90.39	Não	R\$ 2.153.964,00

12. PROPOSIÇÃO

(assinado eletronicamente)

JOSÉ ARNÓBIO DE ARAÚJO FILHO

Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Unidade Descentralizada

13. APROVAÇÃO

(assinado eletronicamente)

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI
Presidente
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente**, em 26/08/2026, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Arnóbio de Araújo Filho, Usuário Externo**, em 02/09/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29914869** e o código CRC **A8D0E728**.

Referência: Processo nº 54000.149556/2024-16

SEI nº 29914869

Criado por [felipe.teixeira](#), versão 1 por [felipe.teixeira](#) em 26/08/2026 15:00:02.